

## A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E AS DIRETRIZES PARA INTERNACIONALIZAÇÃO

Fabiana Araújo Nogueira<sup>1</sup>  
Alda Maria Duarte Araújo Castro<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as principais diretrizes para internacionalização concernentes à pós-graduação stricto sensu no Brasil. Para tanto analisamos os principais documentos norteadores para a pós-graduação no país (PNPGs, PNE (2014-2024) e Livro Azul do MCTI (2010). A internacionalização é considerada uma grande tendência na pós-graduação, visto que esse nível de ensino é considerado lócus de produção do conhecimento. A internacionalização é definida como o processo de integrar a dimensão internacional às funções de docência, pesquisa e serviço que as instituições de ensino superior desempenham. Esse conceito compreende a internacionalização articulada às funções e atividades desempenhadas pelas instituições. Os documentos de planejamento são de fundamental importância para compreender como foram se configurando as políticas de internacionalização da pós-graduação no Brasil. Indicam os caminhos e as prioridades de cada momento histórico e definem, por conseguinte, o financiamento da pós-graduação para a internacionalização. Em síntese, os documentos apontam para ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Nota-se, na atualidade, que as diretrizes para internacionalização presentes nos documentos, encontram-se inviabilizados em sua implementação, ameaçados de cortes de bolsas, com cada vez mais prejuízos para a educação nacional. Os contornos de um agressivo aprofundamento da austeridade, atuando na supressão da responsabilidade do Estado enquanto equalizador social, tem expressões latentes no campo da educação superior com repercussões na qualidade da educação e na produção do conhecimento e do desenvolvimento de ciência e tecnologia para o país.

**Palavras-chave:** Pós-graduação; Diretrizes; Internacionalização.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar as principais diretrizes para internacionalização concernentes à pós-graduação stricto sensu no Brasil. A consolidação da pós-graduação brasileira é recente, quando comparado a outros países de capitalismo avançado, mas sua institucionalização passou por um longo percurso a partir de 1931, quando já se evidenciava a necessidade de o país em investir na pesquisa em diversas áreas do conhecimento como finalidade do ensino universitário. A partir dessa época, várias iniciativas foram tomadas para instituir a pós-graduação brasileira, bem como foram elaboradas diretrizes e objetivos respaldados em leis e decretos. A internacionalização ganha relevância desde as primeiras iniciativas, uma vez que a capacitação dos profissionais brasileiros para atuar nesse nível de ensino era realizada no exterior.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, [fabiaaraujo25@gmail.com](mailto:fabiaaraujo25@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora, Centro de Educação- UFRN, [aldacastro01@gmail.com](mailto:aldacastro01@gmail.com).



Atualmente, a internacionalização da educação superior adquire novos contornos, influenciados pelo contexto da “globalização da economia, do comércio, dos processos de produção e das telecomunicações, que exigem dos estudantes universitário um nível de competência e de formação muito mais sólido e competitivo” (STALLIVIERI, 2002, p.37). E, desse modo, é notório a tendência de a internacionalização estar presente na maioria das universidades a partir de, principalmente, acordos e redes de cooperação e mobilidade acadêmica.

O Brasil vem se inserindo na dinâmica de internacionalização de forma gradativa, e sua maior expressão é a mobilidade estudantil. Os documentos, leis, diretrizes e planos para a graduação e pós-graduação norteiam que é necessário internacionalizar esses níveis de ensino para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de educação superior nacionais e estrangeiras. Porém, no atual contexto político, social e econômico que o país se encontra, nota-se que ainda é preciso maior investimento nesse âmbito, para que se possam construir caminhos mais promissores para a inserção qualificada da internacionalização no mundo globalizado.

## **METODOLOGIA**

Para discutir essa temática, realizamos uma revisão bibliográfica dos principais autores que discutem internacionalização na pós-graduação e análise documental dos seguintes documentos: Plano Nacional de Pós-graduação-PNPG (2005-2010); Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG (2011-2020); Plano Nacional de Educação (2014-2024); Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (2010).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

As exigências de uma educação superior internacionalizada passaram a ser uma das estratégias mais importantes nos últimos tempos, como forma de buscar a qualidade desse nível de ensino, tendo em vista que a produção do conhecimento vem assumindo nos últimos tempos grande importância na sociedade capitalista, como vetor de inserção dos países na economia global. A educação foi colocada como central nas agendas políticas. A pós-graduação tornou-se peça-chave nas estratégias políticas dos governantes, tendo em vista que esse nível é considerado lócus de produção do conhecimento.

Nesse contexto, exige-se, também, uma educação globalizada, na qual a internacionalização da educação superior torna-se mais recorrente. A internacionalização da

educação superior não é fenômeno novo. Assim como aponta Stallivieri (2004, p. 15), “o caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas europeias, com as escolas chamadas de Universitas, que reuniam professores e estudantes de regiões e países em busca de conhecimento”. Entende-se que desde a criação das primeiras universidades já havia mobilidade entre os estrangeiros. Para Peixoto (2010, p. 32), a internacionalização é definida como “[...] o processo de integrar a dimensão internacional às funções de docência, pesquisa e serviço que as instituições de ensino superior desempenham”. Esse conceito compreende a internacionalização articulada às funções e atividades desempenhadas pelas instituições.

Por sua vez, Knight (2008) define a internacionalização como um “[...] processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou dimensão global, nos objetivos e nas funções do ensino superior” (KNIGHT 2008, p. 21, tradução nossa). Esta concepção compreende dimensões interligadas aos objetivos e às funções da educação superior. Atualmente, o conceito de internacionalização é visto sob nova perspectiva, adquire novos contornos e está diretamente ligada ao conceito de globalização.

Com o novo cenário de desenvolvimento mundial – principalmente o que se configura a partir da década de 1990 – e com os avanços de novas tecnologias para todos os campos da sociedade – inclusive para a educação – vemos novas demandas para a educação superior, que passa a ser tida como a responsável pela formação de indivíduos para a atuação nessa nova conjuntura, já que as modificações que ocorrem no campo educacional estão interligadas as mudanças do setor de produção. Morosini e Fernandes (2011) destacam que, nesse contexto, cada vez mais a educação superior ganha espaço e torna-se uma exigência estratégica entendê-la em seus movimentos e mudanças, pela força que demonstra trazer imbricada para lidar com os problemas circundantes.

As mudanças que ocorrem na sociedade propiciam novos desafios e mudanças para educação superior, haja vista que essas mudanças tornem a produção de conhecimento cada vez mais ágil e flexível. “As modernas e sofisticadas tecnologias não substituem a força de trabalho, mas dependem de uma mão de obra cada vez mais qualificada e bem treinada” (CASTRO, 2005, p. 471). Diante do contexto global e da nova conjuntura da sociedade, a internacionalização da educação superior apresenta-se como uma categoria atual, em um mundo com intenso processo de interdependência, impulsionado pelo processo de globalização.

A internacionalização passa a ser vista como uma forma de inclusão da dimensão internacional da educação e da pesquisa, e é abarcada a partir de diferentes aspectos, assim como também é definida por diferentes terminologias, ou seja, se apresenta com uma

diversidade de termos. Castro e Cabral Neto (2012, p.71, 72) apresentam termos como: [...] dimensão internacional, educação internacional, internacionalização da educação superior. Além da terminologia já referida, ainda é possível encontrar na literatura pertinente formas como: educação internacional, cooperação internacional, educação transnacional, educação através das fronteiras, educação sem fronteiras. Já Azevedo (2015), destaca que a internacionalização está relacionada à solidariedade e à interculturalidade; já a transnacionalização está associada à mercantilização.

Para Azevedo (2015a, p. 87), “A transnacionalização da educação seria a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro”. O mesmo autor chama a atenção para o fato de existirem Instituições de Ensino Superior Privadas que têm ações cotadas em Bolsas, “[...] tendo participação de sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira”, o que também caracteriza uma modalidade de transnacionalização. Santos (2004, p. 27) vê na transnacionalização a forma por meio da qual se materializa a mercadorização da educação superior, havendo, para tal, a necessidade de se alterar o paradigma institucional da universidade e trocá-lo por um paradigma empresarial. Esse autor destaca que há um grande interesse em investir nessa área, considerada um “[...] dos mais vibrantes mercados do século XXI”.

Ainda no que se refere a transnacionalização, Maués e Guimarães (2019) afirmam que a educação superior por essa via é vista como forma de promover o desenvolvimento econômico de um país. Para além de ampliar o número de pessoas com acesso a esse nível, a transnacionalização é capaz de reforçar as capacidades dos recursos humanos de um país, tornando-os mais produtivos e rentáveis. Outro conceito compreendido no âmbito da internacionalização pela via da solidariedade é o de “estabelecer uma amplitude nas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica para a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios do novo milênio” (STALLIVIERI, 2004, p. 38), além de ampliar acordos interinstitucionais.

Na atual “sociedade do conhecimento” exige-se uma educação de caráter global, sendo, para isso, necessária a troca de conhecimentos e experiências entre as instituições de educação superior por meio de medidas como os acordos de cooperação, mobilidade estudantil e cooperação internacional. Em um mundo globalizado, vivenciar e estudar em diferentes realidades pode ajudar a ampliar horizontes e dar um salto na carreira. A mobilidade estudantil internacional pode ser uma oportunidade de estudar em instituições de educação superior de



outros países a partir de convênios com as universidades, caracterizando-se como um fenômeno impulsionado pelos processos de globalização da atualidade.

Outro fator a destacar é que a internacionalização não acontece da mesma forma para todos os países e nem mesmo para todas as instituições de ensino superior. Lima e Maranhão (2009) classificam o fenômeno da internacionalização da educação de duas formas: internacionalização ativa e passiva. No primeiro caso se situariam os países que mantêm políticas de Estado voltadas para atração e acolhimento acadêmicos, tanto no oferecimento de serviços educacionais no exterior quanto ao exportarem programas e instalarem campi em outros países o segundo caso, a internacionalização passiva, ocorre aos países que não têm uma política criteriosa para envio dos estudantes para o exterior e possuem pouca capacidade instalada (recursos materiais e humanos) para o acolhimento e a oferta de serviços educacionais. Dessa forma, os países periféricos se inserem de modo passivo no contexto de internacionalização.

Uma das principais atividades que tem se observado nas universidades em relação à internacionalização da educação superior é o intercâmbio ou a mobilidade estudantil que “é aquela na qual o aluno matriculado em uma universidade permanece por alguns meses em uma instituição parceira de ensino superior, tendo os créditos cursados transferidos para a sua instituição de origem” (RAMOS, 2009, p. 29). O processo acontece através de um prévio contrato de estudos certificado pela instituição parceira após a realização do programa. Esta é uma das ramificações da internacionalização que mais salta aos olhos quanto às políticas voltadas para seu desenvolvimento e tem sido objeto de investigação de vários autores que discutem a temática.

Vale destacar que, segundo Oliveira (2013), a internacionalização promove uma homogeneização da educação superior, influenciada pela globalização que impera na sociedade. Esse fato apresenta um lado negativo, pois desconsidera as especificidades e diversidades que cada região possui. Além disso, outro fator que contribui para essa homogeneização são os marcos regulatório produzidos na comunidade europeia, que objetivam a formação educacional superior comum.

Podemos destacar a Declaração da Sorbonne (25 de maio de 1998) subscrita por quatro países: França, Alemanha, Itália e Reino Unido. As orientações dessa declaração deixam claro que deve-se promover a mobilidade, a cooperação e o reconhecimento internacional dos sistemas europeus de educação superior, apontando-se para a configuração de dois grandes ciclos de graduação e para a implementação de um sistema de créditos (ECTS - Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos) com base numa organização curricular





em semestres. No ano seguinte, em 19 Junho de 1999, a cidade de Bolonha na Itália, acolheu vinte e nove ministros da educação europeus e criou-se a Declaração de Bolonha, em que ficam consagrados princípios como: legibilidade e comparabilidade dos diferentes graus acadêmicos atribuídos pelas universidades europeias, incluindo diplomas complementares; organização em dois grandes ciclos de estudos e de graduação (o primeiro com o mínimo de três anos e o segundo preparando para mestrado e doutoramento); estabelecimento de um sistema de créditos; promoção da mobilidade dos estudantes, professores e investigadores; e cooperação europeia com vistas a garantir a qualidade do ensino, formação e investigação através de sistemas comuns de avaliação.

Segundo Ferreira e Oliveira (2010, p. 56), essas mudanças e movimentos têm como meta a atratividade internacional de estudantes e pesquisadores tanto interna como externamente, assim como a adaptação da formação da graduação ao mercado de trabalho, visando alavancar e tornar a União Europeia mais competitiva no mercado global. Castro e Cabral Neto (2012) também evidenciam que a internacionalização não é um fenômeno novo, porém, no atual contexto, emerge das instâncias políticas e econômicas e não de contextos universitário. Sobre esse aspecto, Dias Sobrinho (2005) faz uma crítica ao afirmar que, no passado, as universidades eram pensadas por intelectuais de peso e que hoje em dia quem determina, para países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o que deve ser uma universidade, são os economistas e funcionários dos organismos multilaterais.

Se, antes, a preocupação era a formação integral dos sujeitos, ou a produção conhecimento para questões civilizatórias, hoje a preocupação é com o aspecto financeiro, com os gastos e as questões econômicas de modo geral. Essa questão se dá pelo fato de que: Como a competitividade internacional exige altos níveis de performatividade na pesquisa, capacidade em domínios científicos e tecnológicos especiais, para os quais os países pobres e emergentes ainda se encontram muito pouco preparados, é comum que as universidades, com pouco apoio dos governos e quase nenhum das pequenas empresas nacionais, acabem abandonando os esforços na construção de conhecimentos como bem civilizacionais e passem a promover competências técnicas e a adotar práticas adequadas ao desenvolvimento dos mercados a que estão ligados. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 123).

De acordo com essa relação, percebe-se que a internacionalização na educação superior não ocorre da mesma forma nos países, nas regiões e nas instituições e que atualmente faz parte das transformações que ocorrem no setor produtivo, com repercussões para a educação enquanto fator de emergência para o desenvolvimento de instituições e nações.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do referencial teórico analisado, nota-se que a internacionalização é uma grande tendência na pós-graduação. Visto isso, analisaremos no quadro a seguir, as principais diretrizes presentes nos documentos nacionais para esse âmbito da educação:

**Quadro 1: Diretrizes para internacionalização da pós-graduação:**

Documentos	Principais diretrizes para internacionalização
PNPG 2005 a 2010	Ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém doutores; Intensificação dos programas de intercâmbio, visando ao compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país; Apoio a estágio de pós-doutoramento para jovens doutores, tendo como base a qualidade do projeto a ser desenvolvido; Ampliação do intercâmbio institucional de estudantes de graduação visando a seu futuro ingresso na pós-graduação; Estímulo a parcerias e formação de redes de pesquisa na cooperação Sul-Sul, como suporte à formação de recursos humanos em áreas prioritárias e de interesse comum.
PNPG 2010 a 2020	Programas de doutorado pleno no exterior contemplando alunos com desempenho excelente; mudanças das regras que regem os concursos nas universidades públicas para aumentar o recrutamento de professores estrangeiros; reestruturação e ampliação dos programas de professor e pesquisador visitante; incentivo ao recrutamento de estudantes estrangeiros e programa de apoio e incentivo ao duplo-diploma e a projetos colaborativos de larga duração. Sugere-se: o

	<p>envio de mais estudantes ao exterior para fazerem doutorado, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo; o estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros; o aumento do número de publicações com instituições estrangeiras. (BRASIL, 2011).</p>
<p>PNE 2014 a 2024</p>	<p>Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior (...). Fomentar a formação de consórcios entre IES públicas, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão (...). Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (...). Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão (...) (BRASIL, 2014).</p>
<p>Livro Azul-2010</p>	<p>Promover a visibilidade internacional dos programas de pós-graduação, como a existência de páginas em inglês na internet, inclusive com a programação atualizada dos alunos, visitantes e pós-doutorandos, nacionais e estrangeiros, com vista à busca dos melhores talentos no plano mundial</p>

Os documentos de planejamento são de fundamental importância para compreender como foram se configurando as políticas de internacionalização da pós-graduação no Brasil. Indicam os caminhos e as prioridades de cada momento histórico e definem, por conseguinte, o financiamento da pós-graduação para a internacionalização. Os documentos formulados pelo Estado brasileiro para a pós-graduação apontam para a ampliação dos investimentos em internacionalização, em especial para a mobilidade estudantil e docente, caracterizada como





uma forma atual e necessária para o desenvolvimento da produção de conhecimento e da pesquisa, através da cooperação com os países, principalmente os mais desenvolvidos. São, em suma, as políticas que definiram o fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq nos últimos anos.

Os conhecimentos na sociedade atual vêm assumindo papel de destaque, principalmente quando somados às novas tecnologias que, progressivamente, repercutem no processo de difusão de informações. Destaca-se a questão de que as políticas voltadas para educação superior e a pós-graduação no Brasil, nesse contexto, são influenciadas por diretrizes internacionais, nacionais e locais. No âmbito internacional nota-se a atuação dos organismos internacionais, que são instituições formadas por um conjunto de países-membros e atuam nas relações econômicas, políticas, sociais e ambientais por meio de regras, medidas e normas comuns e finalidades específicas.

A internacionalização desses níveis de ensino também tem sido disseminada pelos organismos internacionais, principalmente a Unesco e o Banco Mundial, indicando como proposta de melhoria da qualidade educacional a cooperação regional e internacional, que pode desempenhar papel importante e estratégico para consecução de uma melhor educação. É importante ressaltar que a influência dos organismos internacionais ocorre de maneira distinta em países desenvolvidos e emergentes. Para Jessine, Chaves e Cabrito (2011, p.60):

Esses organismos propõem um novo paradigma político, impõem condições a negociação da dívida externa através dos programas de ajustamento estrutural que estabelecem a privatização das instituições públicas, dentre elas as de educação superior, que passam a se adequar ao modelo pautado sob os padrões de produtividade, eficiência e eficácia do mundo da profissionalização, cumprindo a função ideológica de consenso e controle social.

Diante disso, é notório que a internacionalização no âmbito da pós-graduação é uma grande tendência mas que, no atual contexto do Brasil, em meio a uma crise política e econômica e num contexto de intensificação das políticas neoliberais e de austeridade fiscal, estamos vivenciando um momento de precarização da educação, na qual prejudicam a implementação da internacionalização na pós-graduação e nas universidades públicas brasileiras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As diretrizes assumidas pelas políticas de pós-graduação no Brasil contaram com a participação e a orientação de documentos organizados pelos organismos internacionais, entre eles a Unesco e o Banco Mundial. Esses organismos se utilizaram da colaboração e do discurso



da globalização solidária para incutir nos países o entendimento de que a educação é necessária para o desenvolvimento e viabiliza o melhor desempenho econômico dos países.

Em síntese, os documentos nacionais analisados apontam para ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém doutores. Envolveriam, ainda: a intensificação dos programas de intercâmbio, visando ao compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país; incentivo ao recrutamento de estudantes estrangeiros; programa de apoio e incentivo ao duplo-diploma e a projetos colaborativos de longa duração; e o aumento do número de publicações com instituições estrangeiras.

Nota-se, na atualidade, que as diretrizes para internacionalização presentes nos documentos, encontram-se inviabilizados em sua implementação, ameaçados de cortes de bolsas, com cada vez mais prejuízos para a educação nacional. Os contornos de um agressivo aprofundamento da austeridade, atuando na supressão da responsabilidade do Estado enquanto equalizador social, tem expressões latentes no campo da educação superior com repercussões na qualidade da educação e na produção do conhecimento e do desenvolvimento de ciência e tecnologia para o país.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil.** Revista Internacional de Educação Superior (RIESup), Campinas, v. 1 n. 1 p. 86-102, jul./set. 2015.

AZEVEDO, M. L. N. Internacionalização ou transnacionalização da educação  
BARBALHO, Maria Goretti Cabral. **A cooperação acadêmica internacional: recurso estratégico para transformação da educação superior.** In: Castro, Alda M. D.A. BARBALHO, Maria Goretti Cabral. Políticas De Expansão Da Educação Superior: dimensões, cenários e perspectivas. Natal, EDUFRN. 2015, p. 139-156.

BRASIL. V Plano nacional de pós-graduação. (2005-2010). Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG\\_2005\\_2010.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf)  
Acesso em: Ago, 2022.



\_\_\_\_\_. VI Plano nacional de pós-graduação. (2011-2020). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: Ago, 2022.

\_\_\_\_\_. VI Plano Nacional de Educação. (2014-2024). Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: Ago, 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Livro Azul: conclusões da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: MCT, 2010.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: a sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?**. São Paulo: casa do Psicólogo, 1. Ed. 2005.

CASTRO, A. M. D. A. Mudanças tecnológicas e suas implicações na política de formação de professores. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n. 49, p. 469-486, out. 2005.

CASTRO, A. M. D. A.; CABRAL NETO, A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**. N. 21. Lisboa, 2012.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA João Ferreira de. AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA E OS NOVOS PAPEIS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. Nuances: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010

JESINE, Edineide; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRITO, Belmiro Gil. Portugal: Revista Lusófona de Educação, 2011, nº 18. In: O acesso ao ensino superior no contexto da globalização. Os casos de Brasil e Portugal. p. 57 a 59. Disponível em: <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S164572502011000200005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S164572502011000200005&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: mai. 2022.

KNIGHT, Jane. **Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalization**. Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto, 2008. Canadá. Disponível em: <<https://www.sensepublishers.com/media/475-higher-education-in-turmoil.pdf>>. Acesso em: jul. 2022.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de. **O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva**. Revista de Avaliação da Educação Superior. Campinas, São Paulo. V. 14, n.3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>>. Acesso em: Ago, 2022.



MAUÉS, OLGAÍSES CABRAL; GUIMARÃES, ANDRÉ RODRIGUES. A educação superior na esteira da internacionalização. RBPAAE - v. 35, n. 2, p. 307 - 328, mai./ago. 2019.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M.B. **Educação Superior: universidade e o projeto de formação cidadã.** *Educação*. Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 465-482, set./dez. 2011.

OLIVEIRA, Larissa Maria da Costa Fernandes. **A Internacionalização da Educação Superior:** contributos da mobilidade estudantil na pós-graduação em educação (2001-2010). 2013. Disponível em: <[http://ppged.ufrn.br/arquivos/teses\\_dissertacoes/dissertacoes%20-%202013/LARISSA%20MARIA%20DA%20COSTA%20FERNANDE.pdf](http://ppged.ufrn.br/arquivos/teses_dissertacoes/dissertacoes%20-%202013/LARISSA%20MARIA%20DA%20COSTA%20FERNANDE.pdf)>. Acesso em: Ago, 2022.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Educação como bem público, internacionalização e as perspectivas para a educação superior brasileira.** Xamã: São Paulo, 2010. p. 29-35. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; JÚNIOR, João dos Reis Silva. (Orgs). *Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização*. Xamã: São Paulo, 2010.

RAMOS, V. **Perfil e Motivações dos estudantes Participantes do “Programa de Mobilidade Discente Internacional para a Graduação” da UFMG.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2009.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma demo-crática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez Editora, 2004

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras.** Caxias do Sul: Educs, 2004.

STALLIVIERI, L. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. *Educação Brasileira: revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002.